



PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR
Concurso Público para provimento de cargo e cadastro de reserva de

DIREITO

NOME DO CANDIDATO _____	Nº DA INSCRIÇÃO _____
Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE _____	ASSINATURA DO CANDIDATO _____

INSTRUÇÕES

Verifique:

- se o caderno corresponde a sua opção de cargo.
- se contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.

Caso contrário, peça ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada no CARTÃO RESPOSTA que você recebeu.
- Procure no CARTÃO RESPOSTA, o número da questão que você está respondendo.
- Verifique no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marque essa letra na CARTÃO RESPOSTA, conforme o exemplo: (A) (B) (●) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões, e preencher o CARTÃO RESPOSTA.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com seu CARTÃO RESPOTA.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Segundo o art. 272 do CPC, são espécies de procedimentos:

- (A) ordinário e sumário;
- (B) cognitivo, executivo e cautelar;
- (C) comum (que por sua vez pode ser ordinário ou sumário) e especial;
- (D) preparatório e incidental;
- (E) lato sensu e stricto sensu.

2. A respeito da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, analise os itens a seguir:

- I. O único momento adequado para o autor requerer a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional é a petição inicial;
- II. O abuso de defesa praticado pelo réu pode beneficiar o autor, de sorte a usufruir do direito disputado durante a tramitação da ação;
- III. Um pedido incontroverso pode ser usufruído antecipadamente pelo autor;
- IV. Em alguns casos o juiz pode fundamentar as razões da decisão antecipatória somente ao final do processo, ainda que ela tenha sido concedida no início da ação;
- V. O juiz somente pode antecipar a tutela jurisdicional em caráter liminar.

Assinale a assertiva correta:

- (A) I e II estão corretas;
- (B) II e III estão corretas;
- (C) I e IV estão corretas;
- (D) III e V estão corretas;
- (E) II e V estão corretas.

3. “Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado”.

Segundo o texto legal pode-se afirmar:

- (A) o preceito normativo demonstra que a legislação processual civil brasileira mostra conter preceitos rígidos, através do qual o intérprete e o aplicador da norma pouco espaço tem para construir o seu entendimento;
- (B) o preceito retrata a atual fungibilidade existente entre as medidas de urgência no processo civil;
- (C) o comando demonstra o poder geral de cautela inerente a todos os julgadores;
- (D) não se pode concluir que o magistrado tem atualmente o poder de adaptar pedido de urgência erroneamente tipificado pelo operador do direito;
- (E) o princípio da ampla defesa saiu arranhado com tal re-

dação impositiva.

4. Sobre as diferenças e semelhanças entre os procedimentos sumário e ordinário, pode-se dizer que:

- (A) no procedimento ordinário a petição deve ser escrita e no procedimento sumário ela pode ser apresentada oralmente;
- (B) na defesa do procedimento sumário o réu pode dispensar a assistência de advogado;
- (C) o juiz deve sempre designar audiências para o período noturno no procedimento sumário;
- (D) no rito sumário o rol de testemunhas deve vir na petição inicial, no caso do autor, e na contestação, no caso do réu;
- (E) em ambos os ritos a citação do réu é dispensável quando estiver residindo no exterior.

5. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, ele:

- (A) extingue o feito sem resolução de mérito;
- (B) determina a emenda da inicial;
- (C) concede antecipação dos efeitos da tutela;
- (D) defere produção antecipada de provas;
- (E) profere julgamento de mérito em ação repetitiva.

6. O recurso cabível contra o indeferimento liminar da inicial é:

- (A) agravo retido;
- (B) agravo de instrumento;
- (C) agravo nos autos;
- (D) apelação;
- (E) embargos declaratórios com efeito infringente.

7. É modalidade de resposta do réu, exceto:

- (A) reconvenção;
- (B) exceção de impedimento;
- (C) exceção de suspeição;
- (D) impugnação ao cumprimento de sentença;
- (E) contestação.

8. Assinale a alternativa falsa:

- (A) O cumprimento da sentença far-se-á conforme os arts. 461 e 461-A do CPC ou, tratando-se de obrigação por quantia certa, por execução;
- (B) É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo;
- (C) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, o credor não pode promover simultaneamente

- a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta;
- (D) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação;
- (E) No cumprimento de sentença o devedor normalmente se defende através de impugnação.
9. Se o credor não requerer a execução da sentença no prazo de seis meses:
- (A) perde o direito ao crédito;
- (B) é condenado a pagar multa;
- (C) provoca apenas o arquivamento dos autos, sem prejuízo de posterior desarquivamento;
- (D) perde o crédito e a ele é imputada multa;
- (E) passa a vigorar como devedor e este como credor.
10. São matérias passíveis de arguição na impugnação ao cumprimento de sentença, salvo:
- (A) falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia;
- (B) inexigibilidade do título;
- (C) penhora incorreta ou avaliação errônea;
- (D) ilegitimidade das partes;
- (E) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, qualquer que seja o tempo em que tenham ocorrido.
11. É competente o Juizado Especial Cível:
- (A) nas causas que envolvem crime de menor potencial ofensivo;
- (B) nas causas cujo valor não exceda 40 salários mínimos;
- (C) nas ações de despejo, qualquer que seja a finalidade do autor;
- (D) nas ações possessórias sobre bens imóveis urbanos;
- (E) nas reclamações disciplinares.
12. São princípios que norteiam a Lei 9.099/95:
- (A) simplicidade;
- (B) oralidade;
- (C) informalidade;
- (D) celeridade;
- (E) todas as assertivas
13. Nas sentenças proferidas nos Juizados Especiais Cíveis:

- (A) é dispensável o relatório;
- (B) pode o juiz julgar o feito sem citar o réu;
- (C) pode haver decisão extra petita;
- (D) a assinatura do juiz pode ser grafada somente após a existência de recurso;
- (E) todas as assertivas são falsas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

14. O inquérito policial deve ser iniciado:
- (A) de ofício, pela autoridade policial;
- (B) mediante requisição da autoridade judiciária;
- (C) mediante requisição do Ministério Público;
- (D) a requerimento do ofendido;
- (E) todas as assertivas estão certas;
15. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial, o juiz:
- (A) oferece denúncia substitutiva;
- (B) determina o envio dos autos à autoridade policial para que ofereça denúncia;
- (C) intima a vítima para exercer seus direitos;
- (D) deve obrigatoriamente acatar a manifestação do membro do Ministério Público;
- (E) não concordando com o MP, envia os autos ao Procurador Geral.
16. Quando, em autos ou papéis que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública:
- (A) remeterão ao Ministério Público as cópias e documentos necessários ao oferecimento de denúncia;
- (B) oferecerão imediatamente denúncia à autoridade policial;
- (C) requisitarão autorização para processar o feito;
- (D) determinarão a intervenção da Polícia Federal;
- (E) remeterão os documentos ao Conselho Nacional de Justiça.
17. Salvo disposição legal em contrário, os crimes processar-se-ão por:
- (A) ação penal privada;
- (B) ação penal pública incondicionada;
- (C) ação penal pública condicionada a representação;
- (D) ação penal pública condicionada a autorização do Conselho Nacional de Justiça;
- (E) inquérito policial.
18. Determinará a competência jurisdicional em matéria criminal, salvo:

- (A) o lugar da infração;
 (B) o domicílio ou residência do réu;
 (C) a natureza da infração;
 (D) a prevaricação;
 (E) a prevenção.
19. É modalidade de prisão processual, exceto:
 (A) prisão preventiva;
 (B) prisão temporária;
 (C) prisão cautelar;
 (D) prisão disciplinar;
 (E) prisão provisória.
20. Não configura flagrante delito o agente que:
 (A) está cometendo a infração penal;
 (B) obtém contra si decreto de prisão temporária;
 (C) é perseguido logo após a prática de infração penal;
 (D) é encontrado com instrumentos da prática de crime;
 (E) acaba de cometer a infração penal;
21. Será admitida a decretação da prisão preventiva:
 (A) nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos;
 (B) se o preso tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado;
 (C) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução de medidas protetivas de urgência;
 (D) quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la;
 (E) em todas as hipóteses acima narradas.
22. Constitui medida cautelar diversa da prisão:
 (A) comparecimento periódico a médico, para curar doença mental;
 (B) proibição de acesso ou frequência a determinados lugares;
 (C) proibição de ter contato com tecnologia de ponta;
 (D) proibição de se apresentar com vestimentas inadequadas;
 (E) recolhimento domiciliar em cômodo do qual não se pode ausentar.
23. Sobre fiança, é correto afirmar:
 (A) a autoridade policial somente poderá conceder fiança quando o preso estiver assistido por advogado;
 (B) certos crimes mais graves não comportam arbitramento de fiança;
 (C) a fiança pode ser arbitrada em caso de prisão civil ou militar;
 (D) não há limite mínimo, nem máximo, para fixação dos valores;
 (E) para determinar o valor da fiança, a autoridade apenas levará em consideração a natureza da infração.
24. Sobre o procedimento comum, assinale a assertiva falsa:
 (A) o procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo;
 (B) o rito ordinário será usado quando ação tiver por objeto crime cuja sanção for igual ou superior a 4 anos de pena privativa de liberdade;
 (C) o rito sumário será usado quando a ação tiver por objeto crime cuja sanção máxima for inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade;
 (D) o rito sumaríssimo será usado quando a ação tiver por objeto crime cuja sanção seja a de multa;
 (E) não havendo regra específica nos ritos sumário e sumaríssimo, aplica-se em geral o dispositivo atinente ao procedimento ordinário.
25. Sobre o rito ordinário pode-se afirmar:
 (A) o magistrado não pode absolver o acusado senão após a instrução do feito;
 (B) o acusado pode oferecer defesa sem assistência de advogado;
 (C) o juiz pode liminarmente rejeitar a denúncia ou a queixa quando manifestamente inepta;
 (D) a falta de justa causa não é motivo para rejeição liminar da peça acusatória;
 (E) em regra as testemunhas arroladas na denúncia ou queixa são ouvidas em uma audiência e as declinadas na defesa, em outra data.
- DIREITO CIVIL
26. Marque a alternativa incorreta:
 (A) toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
 (B) a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida.
 (C) os menores de dezesseis anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
 (D) os ébrios eventuais são relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer.
 (E) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer.
27. Marque a alternativa incorreta:
 (A) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

- (B) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considera-se seu domicílio qualquer delas.
- (C) tem-se por domicílio da pessoa que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- (D) muda-se o domicílio, transferindo a residência com a intenção manifesta de o mudar.
- (E) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para qualquer ato.
28. Marque a alternativa incorreta:
- (A) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- (B) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- (C) Não corre a prescrição entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.
- (D) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- (E) Prescreve em dois anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
29. Marque a alternativa correta:
- (A) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- (B) A obrigação solidária resulta apenas da vontade da partes.
- (C) O cessionário de crédito hipotecário tem a obrigação de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.
- (D) Havendo assunção da dívida por terceiro, o novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- (E) Considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, ainda que as circunstâncias contrariem a presunção dela decorrente.
30. Quanto ao contrato de compra e venda, é correto afirmar:
- (A) Por esse contrato, uma dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- (B) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador.
- (C) É válido o contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (D) Nas coisa vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.
- (E) O direito de retrato não poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
31. Quanto à posse, considere os enunciados seguintes:
- I. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho.
- II. O possuidor tem direito a ser restituído na posse em caso de turbação
- III. O possuidor tem direito de ser segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado na sua posse.
- IV. O possuidor turbado ou esbulhado poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo e os seus atos não excedam o indispensável à manutenção ou restituição da posse.
- V. Só se considera perdida a posse para quem não presenciou o esbulho quando, tendo notícia dele, no prazo de um ano e um dia, se abstém de retornar à coisa, ou, tentando recuperá-la, é violentamente repellido.
- Estão corretos os itens:
- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II, III e IV
- (E) I, II, III, IV e V
32. A aquisição da propriedade pela posse ininterrupta e sem oposição, com justo título e boa-fé, por dez anos, denomina-se:
- (A) usucapião especial rural
- (B) usucapião especial urbana
- (C) usucapião ordinária
- (D) usucapião extraordinária
- (E) usucapião coletiva
33. Durante a cerimônia de celebração do casamento religioso com efeitos civis de José e Maria, devidamente habilitados, José sofre ataque cardíaco fulminante e cai morto. Marque a alternativa correta:
- (A) se José morreu antes da declaração da autoridade celebrante de que o casamento estava efetuado, Maria permanece solteira.
- (B) se José morreu antes dos nubentes terem manifestado a vontade de estabelecer vínculo conjugal, José morreu casado.
- (C) se José morreu depois dos nubentes terem manifestado a vontade de estabelecer vínculo conjugal, Maria ficou viúva, mesmo que a autoridade celebrante não tivesse ainda declarado que o casamento estava efetuado.
- (D) se José morreu depois da declaração da autoridade celebrante de que o casamento estava efetuado, mas antes da assinatura do assento do matrimônio pelos nubentes, Maria permanece solteira.
- (E) se José morreu depois da declaração da autoridade celebrante de que o casamento estava efetuado, mas antes da assinatura do assento do matrimônio pelas testemunhas, Maria permanece solteira.
34. Marque a resposta correta no que concerne à união estável:
- (A) Segundo recente decisão do Supremo Tribunal Federal, a união homoafetiva não pode ser considerada entidade familiar.
- (B) Para uma união entre homem e mulher ser considerada

união estável, é obrigatória a sua permanência por pelo menos dois anos.

- (C) Os companheiros não têm o dever recíproco de lealdade.
- (D) Se um homem e uma mulher firmarem em cartório um “contrato de namoro”, afirmando que estão apenas namorando, o relacionamento nunca poderá ser considerado união estável.
- (E) As relações não eventuais entre homem e mulher impedidos de casar constituem concubinato.

35. Quanto à filiação, é correto afirmar:

- (A) o reconhecimento voluntário é sempre revogável.
- (B) a ação de prova da filiação compete aos cônjuges.
- (C) é cabível o reconhecimento da paternidade mediante condição ou termo.
- (D) o filho maior só pode ser reconhecido com o seu consentimento e o menor pode impugná-lo nos 4 anos que seguirem à maioridade ou emancipação.
- (E) a ação para o marido contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher prescreve em dois anos.

36. Quanto aos alimentos, é correto afirmar:

- (A) Os valores recebidos pelo alimentando em ação de alimentos são, sempre, restituíveis.
- (B) Os alimentos devem preservar a condição social de quem os pleiteia, ainda que a situação de necessidade resulte de culpa de quem os pleiteia.
- (C) A obrigação de prestar alimentos retroage à data do nascimento do alimentando, mesmo que a ação correspondente somente seja proposta muitos anos depois.
- (D) Cessa a obrigação alimentar em caso de casamento do devedor com outrem.
- (E) O entendimento predominante na doutrina e na jurisprudência é de que os filhos de até vinte e quatro anos de idade, que se encontram estudando em curso superior, preservam o direito a alimentos.

37. Marque a alternativa correta quanto ao direito das sucessões:

- (A) A concorrência do cônjuge com os descendentes do falecido ocorre apenas quando, no casamento sob o regime de comunhão parcial, houver bens particulares.
- (B) O direito do cônjuge à herança existe mesmo que, ao tempo da abertura da sucessão, estivesse separado judicialmente ou de fato há mais de dois anos, independentemente de culpa.
- (C) Entre descendentes, entre ascendentes e entre colaterais, os de grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo o direito de representação.
- (D) Concorrendo irmãos bilaterais com unilaterais, cabe a todos igual quinhão.
- (E) Se, no testamento cerrado, o tabelião tiver escrito o testamento a rogo do testador, não poderá aprová-lo.

38. Marque a alternativa incorreta:

- (A) É direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- (B) São direitos básicos do consumidor a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;
- (C) É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;
- (D) É direito básico do consumidor a preservação das cláusulas contratuais, sem alteração, mesmo que estabeleçam prestações desproporcionais.
- (E) O Supremo Tribunal Federal pacificou a interpretação da aplicação do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras, decidindo que estas estão alcançadas pela incidência das normas do referido Código.

DIREITO PENAL

39. Marque a resposta incorreta:

- (A) Aplica-se a lei brasileira nos navios e aviões públicos brasileiros, onde quer que se encontrem, mesmo que se achem em país estrangeiro.
- (B) Aplica-se a lei brasileira nos navios brasileiros particulares, quando em alto-mar.
- (C) Aplica-se a lei brasileira nos aviões brasileiros particulares, quando no espaço aéreo de outro país, se ainda não tiver ocorrido o pouso.
- (D) Aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves estrangeiras de propriedade privada que se acharem em pouso no território nacional.
- (E) Aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de embarcações estrangeiras de propriedade privada que se acharem em porto ou mar territorial do Brasil.

40. Considere os enunciados que seguem:

- I. Considera-se consumado o crime quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- II. Crime tentado é aquele que, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- III. Crime doloso é aquele que ocorre quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- IV. Crime culposo é o que ocorre quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- V. Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.

Estão corretos os itens:

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II, III e IV
- (E) I, II, III, IV e V.

41. Considere os enunciados que seguem, quanto ao crime impossível:

- I. Segundo a teoria subjetiva, não se deve perquirir se os meios ou os objetos são absolutamente ou relativamente ineficazes ou impróprios. Isso porque a simples atuação do agente, que demonstra consciência e vontade de realizar o resultado típico, já constitui fundamento suficiente para a configuração da tentativa.
- II. Conforme a teoria objetiva pura, o crime impossível estará configurado sempre que o agente se utilizar de um meio absoluta ou relativamente ineficaz, ou quando o objeto for absoluta ou relativamente impróprio
- III. Para a teoria objetiva moderada ou temperada, entende-se como crime impossível a conduta perpetrada pelo agente em que os meios escolhidos são absolutamente ineficazes, ou o objeto se apresenta como absolutamente impróprio.
- IV. O crime impossível estará configurado quando o meio escolhido pelo agente, com o objetivo de produzir o resultado pretendido, for absolutamente imprestável para tanto.
- V. Exemplo de crime impossível por absoluta impropriedade do objeto é a conduta do agente que atira contra seu desafeto, que já se encontrava morto.

Estão corretos os itens:

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II, III e IV
- (E) I, II, III, IV e V.

42. Quanto à imputabilidade penal, considere os enunciados seguintes:

- I. A embriaguez, voluntária ou culposa, causada pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade.
- II. A imputabilidade subsiste quando a pessoa ingere bebida alcoólica voluntariamente, tenha ou não a intenção de embriagar-se e não importando se a embriaguez subsequente seja completa ou incompleta.
- III. A pena pode ser reduzida se o agente, por embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- IV. A embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior, que torne o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do ato ou de determinar-se segundo esse entendimento, isenta o agente de pena.

V. A pena pode ser reduzida de um quinto à metade se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do ato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

VI. Estão corretos os itens:

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II, III e IV
- (E) I, II, III, IV e V.

43. Considere os enunciados seguintes quanto às penas privativas de liberdade:

- I. A pena de detenção deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto.
- II. A pena de reclusão deve ser cumprida em regime semi-aberto ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.
- III. Considera-se regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média.
- IV. Considera-se regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- V. Considera-se regime aberto a execução da pena no domicílio do condenado.

Estão corretos os itens:

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II, III e IV
- (E) I, II, III, IV e V.

44. Não é pena restritiva de direitos:

- (A) Prestação de serviços à comunidade
- (B) Perda de bens e valores.
- (C) Multa
- (D) Prestação pecuniária
- (E) Limitação de fim de semana.

45. Considere os enunciados abaixo:

- I. Extingue-se a punibilidade pela morte do agente.
- II. Extingue-se a punibilidade pela anistia, graça ou indulto.
- III. Extingue-se a punibilidade pela retroatividade de lei que não mais considere o fato como criminoso.
- IV. Extingue-se a punibilidade pela prescrição, decadência ou preempção.
- V. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

- Estão corretos os itens:
- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II, III e IV
- (E) I, II, III, IV, V.
46. Marque a alternativa incorreta quanto à tentativa no crime de homicídio:
- (A) Ocorre tentativa imperfeita quando o processo executivo foi interrompido ao meio, sem que o agente pudesse exaurir suas potencialidades de hostilização.
- (B) Tentativa perfeita ou acabada é aquela quando o agente desenvolve toda a atividade necessária à produção do resultado e este sobrevém, mas não imediatamente.
- (C) Tentativa branca ou incruenta ocorre quando não resulta qualquer ferimento no ofendido.
- (D) Tentativa cruenta acontece quando a vítima é ferida.
- (E) A tentativa perfeita é também denominada de crime falho.
47. Marque a alternativa incorreta quanto ao crime de latrocínio:
- (A) Pode haver dois sujeitos passivos: um que sofre a espoliação patrimonial e outro que suporta a violência física causadora da morte.
- (B) A morte da vítima ou de terceiro pode resultar de dolo.
- (C) Para a configuração do tipo penal, é imprescindível perquirir-se o elemento subjetivo presente na conduta do agente que causa o resultado morte
- (D) Haverá latrocínio se a morte da vítima advier do emprego de grave ameaça.
- (E) Configura-se o latrocínio sempre que o roubo tenha sido o objetivo do crime de homicídio, pouco importando que este seja praticado antes, durante ou depois da subtração.
48. Marque a alternativa incorreta quanto aos crimes contra a dignidade sexual:
- (A) O crime de sedução ainda existe na lei penal, porém, agora com a denominação de assédio sexual.
- (B) No crime de assédio sexual, é previsto o aumento da pena se a vítima é menor de dezoito anos.
- (C) o crime estupro admite três formas qualificadas, relacionadas ao resultado da conduta ou à qualidade da vítima.
- (D) o crime de estupro, previsto no artigo 213 do Código Penal, incrimina a ação de constringer alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.
- (E) A conduta de constringer alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal, que antes configurava o crime de atentado violento ao pudor, foi enquadrada dentro da configuração do novo crime de estupro.
49. Marque a resposta correta no que diz respeito às execuções penais.
- (A) Segundo a Lei nº 7.210/84, não cabe ao Conselho da Comunidade diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado.
- (B) a autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.
- (C) Serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações de não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção e de recolher-se à habitação em hora fixada.
- (D) O juiz deverá, obrigatoriamente, definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando autorizar a saída temporária no regime semiaberto.
- (E) A Lei 10.792/03 deu nova redação aos artigos 6º e 112 da Lei 7.210/84, dispensando o parecer da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico, para as progressões e regressões de regime, as conversões de pena, livramento condicional, indulto e comutação
50. Marque a alternativa incorreta no que concerne à Lei Maria da Penha.
- (A) Segundo a jurisprudência, o namoro é uma relação íntima de afeto que independe de coabitação, portanto, a agressão do namorado contra a namorada, ainda que tenha cessado o relacionamento, mas que ocorra em decorrência dele, caracteriza violência doméstica.
- (B) a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, é considerada forma de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (C) A prestação de alimentos definitivos é uma das medidas protetivas de urgência estabelecidas na Lei.
- (D) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.
- (E) Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial